

Entre o Mundo e o Bolso: Multilateralismo, Soberania e Consumo Popular no Brasil de 2026

Por Waldir Maranhão

O Brasil vive um momento de dupla exposição: volta a disputar espaço nas grandes mesas da diplomacia global e, ao mesmo tempo, precisa demonstrar que esse reposicionamento melhora a vida concreta da população. Entre o multilateralismo e o carrinho de compras, está uma das perguntas centrais de 2026: como fazer a presença internacional do país chegar ao bolso do cidadão?

A volta ao palco global

O xadrez político e econômico brasileiro vive, em 2026, um momento de profunda recalibragem. Sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o país procura recuperar uma tradição diplomática marcada pela autonomia, pela defesa do multilateralismo e pela capacidade de dialogar com polos distintos de poder. O Brasil voltou a se apresentar como interlocutor relevante em fóruns como G20, BRICS, ONU, Mercosul e negociações climáticas, sem abrir mão de interesses nacionais próprios.

Essa estratégia tem sido frequentemente associada ao conceito de “não alinhamento ativo”. A expressão não deve ser confundida com neutralidade passiva. Ela indica uma política externa que busca preservar margem de manobra em um mundo tensionado por disputas entre Estados Unidos, China, União Europeia, Rússia e potências emergentes. Durante a presidência brasileira do BRICS em 2025, estudos do Ipea apontaram que o Brasil buscou combinar autonomia estratégica, engajamento multilateral e protagonismo do Sul Global.

O resultado é uma diplomacia que tenta fugir de escolhas binárias. O país negocia com o Ocidente e com o Oriente, dialoga com democracias liberais e economias emergentes, aproxima-se de parceiros árabes, africanos e asiáticos, e procura transformar sua condição de potência ambiental, agrícola e energética em influência política.

O multilateralismo como plataforma de desenvolvimento

O retorno brasileiro ao debate internacional não se limita à retórica. Na presidência do G20, o Brasil lançou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, iniciativa que reuniu países, organizações internacionais, bancos de desenvolvimento e instituições públicas em torno de uma agenda social de alcance global. A proposta brasileira recolocou segurança alimentar, combate à pobreza e financiamento de políticas públicas no centro das discussões econômicas internacionais.

Na agenda climática, a COP30 em Belém reforçou a Amazônia como símbolo e plataforma de negociação. O Brasil passou a defender que a transição ecológica não pode ser imposta apenas como custo aos países em desenvolvimento. Ela precisa vir acompanhada de financiamento, transferência de tecnologia, valorização das florestas tropicais e inclusão das populações que vivem nos territórios preservados. O relatório executivo da COP30 consolidou 56 decisões e destacou florestas, financiamento e transição energética como eixos de implementação global.

Esse movimento também fortalece o chamado soft power brasileiro. Em 2026, o país voltou ao grupo das 30 nações com maior influência no Global Soft Power Index, ocupando a 29ª posição e mantendo-se como o país latino-americano mais bem colocado. Cultura, biodiversidade, esporte, diplomacia e capacidade de mediação continuam sendo ativos internacionais de primeira ordem.

Do prestígio externo ao interesse dos mercados

A melhora da percepção internacional também teve efeitos financeiros. Até 15 de abril de 2026, dados divulgados pela B3 indicaram que investidores estrangeiros haviam alocado cerca de R\$ 67,7 bilhões na bolsa brasileira. Esse movimento ajudou a sustentar o desempenho do mercado acionário e reforçou a leitura de que o Brasil voltou a ser visto como uma das apostas relevantes entre os emergentes.

Grandes instituições financeiras internacionais passaram a destacar o país como destino atrativo para investimentos em ações, câmbio, infraestrutura, energia, commodities, tecnologia e consumo. Ainda assim, o otimismo externo convive com desafios domésticos persistentes: juros elevados, necessidade de estabilidade fiscal, gargalos logísticos, insegurança regulatória, baixa produtividade e pressão por maior competitividade industrial.

Prestígio internacional abre portas, mas não substitui política econômica. A questão central é transformar confiança externa em investimento produtivo, inovação, empregos, renda e melhora concreta no custo de vida.

A conexão global-local e o fim da “taxa das blusinhas”

É nesse ponto que a decisão de zerar a cobrança federal sobre compras internacionais de até US\$ 50 ganha relevância. A medida não é apenas tributária. Ela expressa uma tentativa de aproximar a política econômica da experiência cotidiana do consumidor popular.

A chamada “taxa das blusinhas” entrou em vigor em 1º de agosto de 2024, com a Lei nº 14.902/2024, que estabeleceu a cobrança de 20% de Imposto de Importação sobre compras internacionais de até US\$ 50. A medida foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula em 2024, no contexto do Programa Mobilidade Verde e Inovação, o Mover.

O apelido popular nasceu porque a cobrança atingia diretamente compras de baixo valor feitas em plataformas internacionais como Shein, AliExpress, Shopee e outras empresas de comércio eletrônico. Para milhões de consumidores, especialmente de renda baixa e média, essas plataformas se tornaram porta de entrada para roupas, acessórios, pequenos eletrônicos, utensílios domésticos e produtos de uso cotidiano com preços menores que os encontrados no varejo local.

Com a nova MP de maio de 2026, o governo federal retirou o componente federal da cobrança para remessas de até US\$ 50. A mudança, no entanto, não representa isenção tributária total. O ICMS estadual continua incidindo sobre as compras, conforme as regras de cada unidade da federação.

O cabo de guerra entre consumidor, varejo e arrecadação

A decisão expõe um conflito clássico das economias abertas. De um lado, consumidores defendem preços mais baixos, maior variedade e acesso direto ao comércio eletrônico global. De outro, setores da indústria e do varejo nacional alegam concorrência desigual diante de plataformas estrangeiras que operam em escala global, com cadeias produtivas mais baratas e modelos tributários distintos.

Para o consumidor, a cobrança federal simbolizava o encarecimento de produtos simples. Para parte do comércio nacional, a taxa era uma tentativa de reduzir assimetrias competitivas. Para o governo, havia ainda um componente fiscal expressivo: reportagens com base em dados da Receita Federal indicaram arrecadação de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão com a taxa no início de 2026 e cerca de R\$ 5 bilhões em 2025.

Ao zerar o imposto federal, o governo abre mão de receita em nome de uma decisão com forte apelo social e político. A escolha alivia o consumidor no curto prazo, mas reacende debates sobre equilíbrio fiscal, proteção produtiva, competitividade do varejo nacional e desenho de uma política industrial que vá além de barreiras tarifárias.

Consumo popular como dimensão de soberania

O debate sobre a “taxa das blusinhas” mostra que soberania econômica não se resume à capacidade de negociar acordos internacionais ou atrair capitais estrangeiros. Ela também envolve a forma como o Estado regula o acesso da população ao mercado global de bens, serviços e plataformas digitais.

Em um país de renda média e desigualdade elevada, o consumo popular tem peso social e político. A compra de produtos de baixo valor não é apenas uma escolha individual; muitas vezes é estratégia de economia doméstica. Para famílias que comparam preços, parcelam compras e dependem do comércio eletrônico para acessar bens mais baratos, cada imposto adicional altera o orçamento mensal.

A decisão do governo, portanto, pode ser lida como uma tentativa de conectar a política externa de autonomia com uma política doméstica de sensibilidade social. O Brasil quer ser relevante em Davos, no G20, no BRICS e na COP, mas também precisa ser percebido no aplicativo de compras, no boleto, no cartão de crédito e no custo final dos produtos que chegam à casa do cidadão.

Entre Davos e o carrinho de compras

O desafio brasileiro é conciliar duas agendas que, à primeira vista, parecem distantes. A primeira é a agenda de poder: participar da reorganização da ordem internacional, defender o multilateralismo, negociar acordos, ampliar influência e atrair investimentos. A segunda é a agenda do cotidiano: reduzir custos, preservar renda, garantir empregos, baratear bens, fortalecer a indústria e proteger o poder de compra.

Uma diplomacia econômica bem-sucedida precisa caminhar nesses dois níveis. Se ficar restrita a discursos e cúpulas, parecerá distante da realidade. Se olhar apenas para o consumo imediato, poderá negligenciar a necessidade de construir capacidade produtiva nacional. O equilíbrio está em usar a inserção internacional para ampliar oportunidades, sem impor ao consumidor popular o ônus de uma transição mal desenhada.

O fim da cobrança federal sobre pequenas remessas tornou-se, nesse sentido, um gesto simbólico. Ele indica que o retorno do Brasil ao mundo não pode ser medido apenas por rankings, fotografias oficiais, acordos comerciais ou fluxo de capital. Precisa ser medido também pela percepção concreta de melhora no bolso da população.

O veredito

O Brasil voltou a ocupar espaço no mundo, mas esse retorno só se consolidará se produzir efeitos tangíveis dentro do país. O prestígio internacional importa. A diplomacia importa. O investimento estrangeiro importa. Mas, para a população, a legitimidade dessa estratégia será medida também pelo preço

dos alimentos, pelo emprego, pelo crédito, pelo salário e pelo custo dos produtos que chegam à porta de casa.

Ao zerar a cobrança federal sobre compras internacionais de até US\$ 50, Lula faz uma correção de rota em uma política impopular e recoloca o consumo popular no centro do debate econômico. A medida não encerra a discussão. Pelo contrário: abre uma nova etapa sobre tributação, comércio digital, proteção da indústria nacional, justiça fiscal e competitividade produtiva.

O Brasil de 2026 procura demonstrar que pode ser, ao mesmo tempo, uma potência diplomática em ascensão e uma economia atenta ao bolso de seus cidadãos. Entre o multilateralismo global e o carrinho de compras doméstico, está o verdadeiro teste da política econômica contemporânea: fazer com que o retorno do país ao mundo também seja sentido na vida real do povo brasileiro.

